

VENEZUELA: UM DESAFIO MILITAR À PRETENSA SUPERIORIDADE AMERICANA

Por Carlos A. Klomfahs*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Análise de uma hipotética intervenção militar dos EUA na Venezuela, revelando sua ilegalidade e os imensos desafios geográficos, militares e geopolíticos; prevê-se um “atoleiro” que fortaleceria rivais e ofereceria valiosas lições estratégicas para o Brasil.

A hipótese de uma operação militar americana contra a Venezuela é mais do que um exercício de ficção estratégica; é um cenário que expõe as profundas fissuras entre a pretensão de manutenção eterna do “poder global” dos Estados Unidos e as realidades intransponíveis da geografia, da política e da guerra assimétrica. Qualquer ação desse tipo é, no tempo e no espaço, e por qualquer ângulo de visada, uma patente e flagrante violação do Direito Internacional e da Carta da ONU, e não poderia ser aceita incólume no entorno estratégico sul-americano do Brasil.

No entanto, além da ilegitimidade, uma hipotética intervenção direta se depararia com uma sucessão de desafios que, muito provavelmente, transformariam a Venezuela no mais recente exemplo da falácia da superioridade militar “incontestável”, que jamais enfrentou militarmente um país em igualdade de condições.

En passant, a história oferece modelos sombrios que Washington ignoraria por sua conta e risco, bastando perguntar retoricamente: qual país os EUA enfrentaram militarmente em condições de igualdade?

A invasão da Baía dos Porcos em 1961, um fracasso anfíbio humilhante contra uma ilha muito menor, serve como advertência inicial. Contudo, os paralelos mais aterradores vêm de conflitos assimétricos mais recentes.

Entre 1965 e 1975, o Vietnã demonstrou como uma superpotência pode ser “sangrada” por uma nação menor determinada, enquanto os insucessos soviéticos no Afeganistão e a própria campanha americana de 20 anos no mesmo país comprovam que a superioridade tecnológica é neutralizada por um terreno acidentado e um inimigo motivado.

Os fatos políticos que ocorrem na Venezuela, conforme nossa Constituição Federal, é de foro íntimo dos seus governantes e sua população, não cabendo ao Brasil ou nenhum governo estrangeiro, conforme previsto no artigo 4º, julgar ou interferir, conforme os princípios da independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção e solução pacífica:

- *Independência nacional: Respeito à soberania e integridade territorial do país;*
- *Prevalência dos direitos humanos: Compromisso com a proteção e promoção dos direitos humanos;*
- *Autodeterminação dos povos: Direito de todos os povos de escolherem sua forma de governo;*
- *Não-intervenção: Não interferência nos assuntos internos de outros países;*
- *Igualdade entre Estados: Tratamento igualitário nas relações internacionais;*
- *Defesa da paz: Busca pela paz mundial e resolução pacífica de conflitos;*
- *Solução pacífica dos conflitos: Resolução de disputas sem o uso da força;*
- *Repúdio ao terrorismo e ao racismo: Posição firme contra a violência e a discriminação;*
- *Cooperação entre os povos: Busca por colaboração para o progresso humano;*
- *Concessão de asilo político: Proteção a refugiados políticos;*
- *Parágrafo único: O Brasil buscará a integração latino-americana para a formação de uma comunidade de nações.*

Com efeito, discutir a soberania de outro país somente é possível havendo violação sistemática de Direitos Humanos, comprovados e após esgotados os métodos de solução pacífica, e debatido e aprovado no âmbito do artigo 51 do Conselho de Segurança da ONU.

Segundo analistas chineses¹, outra razão pela busca do conflito é não só a maior reserva de petróleo do mundo e negociar petróleo fora do dólar, mas também a proximidade com o Canal do Panamá, uma das maiores e mais importantes rotas marítimas, à 1.700 km dos Estados Unidos, isto é, ao alcance de mísseis de médio alcance, e que a parceria China-Venezuela se apoia na necessidade chinesa do petróleo venezuelano, extrapesado (86%, alto índice de viscosidade, alto teor de enxofre e metais pesados).

¹ ZHEN, Han. Why Venezuela Has Become China's Frontline Partner Against U.S. Pressure. China Global South Project, 23 de setembro de 2025. Disponível em: <https://chinaglobalsouth.com/2025/09/23/china-venezuela-strategy-us-tensions/>.

Sobre a inserção da China como prioridade na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, segundo William Clavijo Vitto e Edmar Fagundes de Almeida em artigo²: *Venezuela in the US Geopolitics of Oil: An Analysis in the Light of the New Realities of the International Oil Market*:

“Na atualidade, o governo Trump tem avançado na ampliação das medidas de contenção da China nos âmbitos comercial e tecnológico. Inclusive, a China passou a ser prioridade na estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (CORDESMAN, 2019). No entanto, não existem evidências concretas da extensão dessas medidas para o setor de petróleo e gás natural em regiões de influência direta dos Estados Unidos. De fato, as sanções norte-americanas contra a Venezuela datadas de janeiro de 2019 têm impactado de forma similar tanto as empresas chinesas quanto as outras multinacionais que ainda mantêm operações nesse país.”

O major do Exército Brasileiro, Carlos Henrique Arantes de Moraes, em artigo para o Velho General, ainda em 2023: [*A Cobiça Venezuelana pelo Essequibo e Reflexos para o Brasil*](#), já havia levantado questões sobre os desafios de uma posição neutra do Brasil, a frágil liderança regional e o potencial de intervenção estrangeira.

Entrementes, um conflito na Venezuela, longe de ser uma vitória rápida, potencialmente resultaria no pior desses modelos: uma ingloria guerrilha urbana e rural, com o agravante de fortalecer maciçamente o bloco geopolítico rival.

É dizer: os BRICS, com Rússia e China à frente, encontrariam na crise a oportunidade perfeita para se consolidarem como um contraponto à ordem ocidental, fornecendo apoio militar, diplomático e econômico a Caracas e acelerando a erosão da influência americana no Hemisfério Sul.

PERSPECTIVA DESAFIADORA

Qual Seria o Desafio Operacional de uma Invasão Anfíbia no Caribe?

Para materializar uma invasão, usando como modelo o Manual do Ministério da Defesa de Operações Anfíbias (MD33-M-14), os Estados Unidos precisariam executar uma sequência complexa de operações, cada uma com seus obstáculos intrínsecos no Teatro de Operações venezuelano.

Objetivos da Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf): Estabelecer uma presença militar decisiva no litoral venezuelano; assegurar as Áreas de Desembarque (A Dbq); conduzir o assalto anfíbio para estabelecer Cabeças de Praia (CP) seguras; e permitir o desembarque maciço de tropas e equipamentos para a subsequente campanha terrestre.

Missão da Força de Desembarque (For Dbq): Executar o assalto anfíbio no Dia-D e Hora-H designados, desembarcar nas Praias de Desembarque (Pra Dbq) designadas, neutralizar as defesas costeiras inimigas e expandir a Cabeça de Praia (CP) para o interior, ligando-se com forças aerotransportadas se necessário.

² Vide mais em: OIKOS / Rio de Janeiro / Volume 19, n. 1 • 2020 / www.revistaoikos.org / págs. 68-88

Linhas de Desembarque (L Dbq): Os corredores marítimos designados para as embarcações de desembarque se aproximarem da costa. Estas seriam extremamente vulneráveis não só à aviação e mísseis costeiros venezuelanos, mas também às imprevisíveis correntes marítimas do Caribe, que complicam a navegação e o posicionamento dos navios.

Objetivo da Força de Desembarque (Obj da For Dbq): Capturar e consolidar a Zona de Desembarque (Z Dbq) — uma área que se estende da Zona de Lançamento (ZL), onde as embarcações são finalizadas, até a linha de contato inicial no interior —, garantindo assim um fluxo ininterrupto de reforços e suprimentos.

Cabeças de Praia (CP) e Conceito de Operação em Terra: As CPs iniciais, estabelecidas em praias, teriam que ser rapidamente expandidas. O Conceito de Operação em Terra provavelmente visaria um eixo duplo: um para isolar e capturar Caracas (envolvendo combates urbanos brutais) e outro para se apoderar rapidamente das regiões petrolíferas. No entanto, este avanço seria canalizado por vales e estradas, tornando-se alvo fácil para emboscadas. O relevo acidentado das serranias litorâneas e o clima tropical, com chuvas torrenciais que transformam o solo em lama, paralisariam veículos blindados e favoreceriam a defesa.



IMAGEM 1: Porta-aviões USS John C. Stennis da Marinha dos EUA (US Navy).

A execução desta operação, frente às adversidades geográficas, um inimigo preparado e reverberações geopolíticas, não seria o triunfo de uma superpotência, mas o prelúdio de seu mais profundo desgaste estratégico no século XXI.

VINGANÇA DA GEOGRAFIA

Das Praias aos Pântanos, os Obstáculos Naturais e Militares a uma Operação Anfíbia

Como bem ilustra Robert Kaplan em sua obra que é ícone dos estudos sobre geografia militar e geopolítica: *A Vingança da Geografia*, o ambiente físico é um ator decisivo no destino das nações. A Venezuela é a personificação dessa tese. Trata-se de um país de dimensões continentais, apresenta um litoral acidentado e, mais para o interior, uma

barreira quase intransponível de selvas, montanhas e rios. Uma invasão anfíbia bem-sucedida, ponto inicial para qualquer campanha de mudança de regime, é uma quimera logística.



IMAGEM 2: O delta do Orinoco revela como é possível criar situação tática A2/AD complicada com uso de minas navais, submarinos, artilharia, drones e foguetes portáteis (Venezuela Eco Tours).

Não é tudo.

A ideia de repetir um desembarque em grande escala como o da Normandia é anacrônica, sendo claro que não se compara em escala e número de participantes. As praias venezuelanas, mesmo que conquistadas, levariam a um interior hostil, ideal para emboscadas e guerra de guerrilha, onde os EUA não tem preparação moral e operacional, na medida em que sua tropa é muito dependente de tecnologia eletrônica e facilidades de toda sorte, o que diminui a capacidade operacional de rusticidade.

Cumpra, ademais, não perder de vista que a Operação Brother Sam (1964), planejada para intervir no Brasil, mostrou como até mesmo a ameaça militar americana é complexa no Atlântico Sul, dependendo de logística local e sujeita a imprevistos políticos.

Repita-se o óbvio: Em 1993, bastou o Brasil mobilizar seus recursos militares para a Amazônia na Operação Surumu para que a dissuasão contra os EUA operasse incólume.

Ora, garantir a supremacia aérea, pilar da doutrina militar dos EUA, seria extremamente custoso, recomenda-se ler o artigo de Albert Caballé para o Velho General, de 2019, intitulado: [Defesa Antiaérea — Venezuela](#), em que é debatido com invulgar proficiência, dados táticos-operacionais sobre o perímetro operacional dos 21 caças F-16A/B Fighting Falcon. Em outro artigo [Venezuela](#), Caballé apresenta o panorama econômico e de defesa e do país. Um site para comparar dados aproximados sobre as capacidades militares visíveis, *cum granis salis*, é o [Global Fire Power, 2025 Venezuela Military Strength](#).

Acresça-se que a Venezuela possui um sistema integrado de defesa aérea (com tecnologia russa), incluindo caças Sukhoi e baterias de mísseis S-300. Bombardeios de saturação e mísseis de cruzeiro poderiam neutralizar parte dessa defesa, mas não sem risco de baixas significativas de aeronaves e pilotos, e com a certeza de causar baixas civis maciças que galvanizariam a resistência interna e a condenação internacional.



IMAGEM 3: Sukhoi Su-30MK2V da Venezuela (Erwin Fuguet).

PAREDÃO DE FERRO

O Sistema de Defesa Aérea S-300VM (SA-23b)

A espinha dorsal da defesa aérea de longo alcance da Venezuela é o sistema S-300VM “Antey-2500”, um dos mais formidáveis ativos de sua categoria no mundo. Fornecidos pela Rússia a partir de 2012, esses sistemas representaram um salto qualitativo significativo, projetados especificamente para abater mísseis balísticos táticos, mísseis de cruzeiro e aeronaves furtivas em ambientes de guerra eletrônica intensa.

Cada unidade do S-300VM é capaz de engajar simultaneamente até 24 alvos aerodinâmicos (como caças e bombardeiros) ou 16 mísseis balísticos que se aproximam, lançando até 48 mísseis em engajamentos coordenados. Com um alcance máximo estimado de 200 km para aeronaves e 40 km para mísseis balísticos, o sistema impõe um “paredão de ferro” sobre as áreas vitais do país, como a região metropolitana de Caracas, as infraestruturas petrolíferas e as principais bases militares.

Para uma força invasora, neutralizar estas baterias seria uma pré-condição absolutamente necessária e extremamente perigosa para qualquer operação aérea, exigindo um maciço investimento em missões de supressão de defesas aéreas (SEAD) com mísseis de cruzeiro, caças furtivos e guerra eletrônica, sem a garantia de sucesso completo e com o risco certo de perder aeronaves de alto valor, como os F-35.

FALCÕES DO CARIBE

Os Caças Sukhoi Su-30MKV2 e a Capacidade de Projeção Venezuelana

Complementando a defesa aérea em gênero e número, a Força Aérea venezuelana opera uma frota de 22 caças multifuncionais Sukhoi Su-30MKV2, considerados os mais capazes do hemisfério ocidental depois da aviação dos EUA e Canadá. Estas aeronaves são uma versão avançada do robusto caça russo, adaptada para as necessidades específicas da Venezuela (daí a sigla “KV2”).

No pertinente à defesa, o Su-30 é um plataforma formidável. Equipado com um radar de varredura eletrônica passiva (PESA) NIIP N001 VEP, pode detectar e rastrear múltiplos alvos a longas distâncias. Seu armamento ar-ar inclui mísseis de médio alcance R-77 (equivalente ao AMRAAM americano) e os temíveis mísseis de curto alcance R-73, de alta manobrabilidade e com capacidades de engajamento “*off-boresight*” (para onde o piloto olha, o míssil mira).

Esta combinação, a um só tempo, confere à Força Aérea venezuelana a capacidade de contestar seriamente a superioridade aérea inimiga, impondo um alto custo a qualquer aeronave norte-americana que ouse penetrar seu espaço aéreo, potencialmente obrigando os EUA a despacharem suas próprias plataformas de elite, como os F-22 Raptor, para assegurar a sobrevivência de suas frotas de ataque.

Quanto ao ataque, o Su-30MKV2 é igualmente perigoso. Pode carregar uma vasta gama de mísseis ar-superfície, como os mísseis supersônicos antinavio Kh-31, que representam uma ameaça letal aos navios da força-tarefa anfíbia no Caribe, e bombas guiadas a laser para ataques de precisão contra forças terrestres invasoras.

A existência desta frota significa que os EUA não enfrentariam um inimigo aéreo impotente, mas uma força que, embora menor, é tecnologicamente sofisticada, motivada e capaz de infligir baixas significativas, abatendo o moral e talvez elevando a resposta americana, colocando região em risco elevado.

A Venezuela pode até perder inicialmente várias batalhas, mas a motivação, o aspecto defensivo e a legitimidade de sua luta, aumentam o custo político e militar do ofensor, com alguns analistas ainda dizendo que a quantidade de efetivo desdobrado e próximo não indica uma operação de grande complexidade — mas que exigiria pelo menos 300 mil soldados, considerando a fase anfíbia e subsequente fase terrestre para incapacitar e capitular politicamente o governo venezuelano.

O PREÇO DA HEGEMONIA

Erros Políticos, Estratégicos e Táticos que Conduziriam os EUA a um “Atoleiro Geopolítico”

Uma campanha militar dessas proporções, em tese, pela aparente rapidez de sua decisão, poderia ser minada por uma cadeia de erros em todos os níveis de decisão.

ERROS POLÍTICOS

Conforme disposto na Constituição Americana, na Seção 2, Cláusula 1, do artigo 2: Sobre a “*Falta de Autorização do Congresso e Abuso de Poder: Tentar conduzir uma operação de tal magnitude sem a autorização explícita do Congresso*”, usando como

justificativa frágeis discursos de “combate às drogas”, justificaria um *impeachment* por abuso de poder. A análise já aponta que o tráfico pelo Caribe é marginal, revelando o verdadeiro motivo: uma mudança de regime para controlar as vastas reservas de petróleo, mesmo que este seja mais pesado e caro de refinar.

Ameaça à Base Eleitoral e Promoção de Marco Rubio: Ignorar pesquisas que mostram mais de 60% de oposição popular à guerra e promover uma figura como Marco Rubio para liderar um governo eleições depois de J. D. Vance, atual vice-presidente americano, seria visto como uma manobra colonial óbvia, alienando a base eleitoral “America First” e consolidando a rejeição latino-americana à intervenção.

ERROS ESTRATÉGICOS

Inúmeras frentes de conflitos: Os EUA já estão comprometidos em múltiplas frentes: apoio à Ucrânia, tensões no Oriente Médio e a contenção da China na Ásia. Abrir uma quarta frente de conflito de alta intensidade na América do Sul seria um convite ao desastre, sobrecarregando a capacidade logística, financeira e de inteligência do país, caso eles fossem atacados por algum país ou conjunto de países.

União Regional: Um ação militar flagrantemente violadora do Direito Internacional e com tal teor de projeção imperialista, indubitavelmente, potencialmente uniria toda a América do Sul e Central, de governos da esquerda à direita, contra os EUA, num raro consenso de rejeição ao imperialismo. Isto criaria um vácuo de influência que seria rapidamente preenchido por China e Rússia, que, como principais parceiros de Caracas, responderiam com aumento de ajuda militar, voluntários e uma crise diplomática na ONU, elevando o risco de um confronto direto entre potências. Fortaleceria os BRICS e daria legitimidade para avançar em agendas multilaterais.

ERROS TÁTICOS

Subestimar a coesão e motivação do oponente: O Exército venezuelano é um dos mais bem equipados e motivados da região. Combates urbanos em cidades como Caracas e Maracaibo resultariam, em tese, em baixas americanas maciças, e o retorno de caixões geraria um movimento antiguerra doméstico remanescente do Vietnã, além de aumentar os custos políticos e militares de ambos os países e região.

Logística insustentável para eventual ocupação: Manter centenas de milhares de soldados em um terreno hostil exigiria linhas de suprimento vulneráveis e recursos colossais, esforço insustentável diante de uma paralisação do governo e da instabilidade econômica interna, fora os riscos de grandes ataques na retaguarda profunda do país, que tem muitas vulnerabilidades geográficas estratégicas, lembrando que na guerra, uma verdade é insofismável: ganha quem erra menos!

Clivagem de múltiplas frentes de batalha: Uma campanha anfíbia bem-sucedida requer foco no objetivo político e a divisão interna da sociedade do oponente é um clássico princípio da *A Arte da Guerra* de Sun Tzu. A tentativa de controlar simultaneamente o litoral, as cidades, as regiões petrolíferas e as fronteiras dispersaria as forças invasoras, tornando-as presas fáceis para táticas de atrito. Deve-se ainda considerar armas e sistemas de armas desconhecidos da Venezuela que podem colocar em xeque um ativo de alto valor como um porta-aviões.

Efeito boomerang econômico: O ataque a um dos maiores produtores de petróleo do mundo faria os preços da *commodity* dispararem. Longe de garantir petróleo barato, a guerra provavelmente provocaria uma inflação galopante nos EUA,

prejudicando a economia e a população que supostamente se intentava proteger, até porque uma aliança com o Irã e uma debacle nas relações com a Arábia Saudita tornariam os EUA e o Reino Unido privados das linhas estáveis de abastecimento energético para uma guerra de longa duração com Rússia e China. Além da dificuldade em face de um mundo globalizado financeiramente, de o mercado de ações não emitir um alerta antecipado, ainda que camuflado, de que uma grande operação militar se desencadeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do presente artigo, uma hipotética intervenção militar norte-americana na Venezuela não seria uma operação policial, mas uma guerra de conquista. E, como demonstram a geografia, a história e a análise política mais elementar, seria uma guerra que os EUA estariam fadados a perder — não necessariamente numa derrota militar clássica, mas num atoleiro sangrento que esvaziaria seu poderio, dividiria sua sociedade, alienaria seus aliados e aceleraria o declínio de sua influência global em benefício de seus verdadeiros rivais estratégicos. A pretensão de superioridade esbarraria, mais uma vez, na teimosa realidade da “guerra assimétrica de desgaste e inquietação”!

De mais a mais, este conflito hipotético oferece antecipadamente quatro lições estratégicas cruciais para o Brasil. **Primeiro**, a eficácia da Doutrina A2/AD (Negação de Acesso e Interdição de Área) para dissuadir agressões, defendendo a soberania sobre o território e o litoral.

Segundo, a necessidade de investir em um poder aeroespacial integrado, combinando caças modernos com sistemas de defesa antiaérea de múltiplos estratos para controlar o próprio espaço.

Terceiro, a Guerra Eletrônica e Cibernética emerge como um grande equalizador, capaz de cegar e desorganizar um oponente tecnologicamente superior.

Por fim, demonstra o valor dos drones de baixo custo e alta eficiência para saturar defesas navais ofensivas inimigas, fustigar a retaguarda da infantaria e impactar a vulnerabilidade da cavalaria e força aeroespacial ao infligir danos assimétricos, tornando proibitivo o custo de qualquer aventura militar estrangeira no Entorno Estratégico Brasileiro.

**Carlos A. Klomfahs é advogado, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECEME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.*
